JORNAL DO SINTUFSC

Edição 164 - Setembro de 2026

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM FLORIANÓPOLIS

A expansão urbana sem controle amplia uma disputa que atravessa a cidade há décadas: quem decide a forma de ocupar o território e quem tem o direito de viver nele?

VIVER EM SANTA CATARINA CABE NO SALÁRIO?

Moradia, alimentação, transporte e saúde pressionam o orçamento dos TAEs da UFSC e colocam em questão as condições de permanência na carreira

SINDICATOS SOB ATAQUE

Entre ameaças judiciais, cortes de salário e demissões, governos usam a máquina pública para asfixiar a organização dos trabalhadores e avançar sobre o serviço público

VIVER, TRABALHAR E RESISTIR EM SANTA CATARINA

Entre disputas e resistências

A edição do Jornal do SINTUFSC que você tem nas mãos aborda alguns dos desafios que trabalhadoras e trabalhadores enfrentam para existir e resistir em um dos estados mais caros do Brasil. As reportagens apresentam diferentes faces do mesmo projeto de apropriação do orçamento e dos bens públicos por empresas e interesses privados.

Também podem ser vistas como um alerta, tanto para a necessidade de fortalecer a luta coletiva, como para a importância de estarmos atentos às eleições de 2026, que acontecem em um momento decisivo para a classe trabalhadora.

Um projeto de desenvolvimento urbano assentado no turismo, na construção civil e no mercado imobiliário avança sobre áreas públicas e ecossistemas protegidos, além de pressionar o preço da moradia e empurrar aqueles que constroem a cidade para cada vez mais longe dela. Trabalhadores se endividam para pagar boletos, gastam mais tempo no transporte e precisam buscar opções para complementar a renda. Enquanto isso, sacrifica-se o direito ao lazer.

A situação dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) ilustra bem esse cenário, com salários defasados que comprometem a qualidade de vida, especialmente na aposentadoria, e a própria permanência na Universidade. Apesar de conquistas recentes da luta sindical, como os reajustes, a reestruturação da carreira e o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), darem um respiro à categoria, ainda não são suficientes para cobrir a defasagem dos cinco anos sem reajuste salarial nos governos Temer e Bolsonaro.

Paralelamente, crescem a ofensiva e os ataques contra os sindicatos e a organização dos trabalhadores – com a criminalização dos movimentos, ameaças judiciais e o uso da estrutura pública para deslegitimar a atuação de quem luta pelos direitos dos trabalhadores, pelo fortalecimento do serviço público e denuncia desmandos de autoridades e projetos de privatização. Ataques esses que estão, inclusive, explícitos em plano de governo de candidato à presidência.

O programa de Flávio Bolsonaro tem uma seção dedicada ao discurso antissindical, onde defende que "o país precisa se posicionar contra a República Sindical". Além de tratar a reforma trabalhista de Temer como "modernização", não admite que sindicatos de trabalhadores participem da formulação de políticas públicas e os acusa de insistirem "em projetos em que os sindicatos de servidores públicos são colocados à frente de associações mais representativas, tradicionais" – sem especificar que associações seriam essas ou que interesses representariam. O plano também promete dar continuidade à reforma administrativa e retomar o Programa Nacional de Desestatização, avaliando "onde a presença do Estado deixou de fazer sentido".

Não se trata apenas de uma ameaça a dirigentes sindicais, mas de um ataque a toda a classe trabalhadora. É parte de um projeto que busca enfraquecer a organização coletiva, retirar direitos, aprofundar a precarização do trabalho e promover o desmonte do serviço público e das políticas de educação, saúde e assistência social.

As condições de vida dos trabalhadores não são fruto de escolhas individuais ou má gestão do orçamento doméstico; a saída, portanto, tampouco será individual. As pautas de recomposição salarial e reajuste de benefícios precisam estar vinculadas às lutas mais amplas, que impactam diretamente a vida dos TAEs, incluindo a valorização dos serviços públicos, a luta pelo direito à cidade e o enfrentamento do gargalo do transporte público, da escassez de políticas de habitação e da voracidade da especulação imobiliária.

A perspectiva de transformação passa pelo fortalecimento da organização sindical e pela disputa pelo orçamento público, que cada vez mais tem sido apropriado por interesses privados e setores do capital. Consequentemente, envolve também a rejeição ao desmonte imposto pelo arcabouço fiscal e pelas políticas de austeridade.

É essencial que tudo isso oriente as escolhas nas urnas. Ir votar é tão importante quanto escolher candidatos comprometidos com o serviço público e os direitos dos trabalhadores, tanto para os cargos do executivo como para o legislativo. Mas sabemos que a luta não se encerra nas eleições: é nas ruas, na universidade, nos locais de trabalho e na organização coletiva que construímos a força necessária para conquistar direitos e barrar retrocessos. Só a luta muda a vida!

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINTUFSC
Edição 164 - Setembro de 2026
Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina
Rua João Pio Duarte da Silva, s/n Caixa Postal 5130
Córrego Grande | Florianópolis | CEP: 88035-972

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Camila Raposo

DIREÇÃO
Gestão Sindicato de Luta (2025-2028):
Gabriela Furtado Carvalho, Jorge Cordeiro Balster, Renato Ramos Milis, Are Padilha, Bethânia Negreiros Barroso, Camila Raposo, Guilherme Rizzatti, Isabel Cristina da Rosa, Luiz Artur de Oliveira, Marilene dos Santos, Priscila Pimentel Vieira, Rodrigo Suitck Zaleuski, Rodrigo Weinhardt Borges, Vítor Monteiro Moraes, Larissa Regina Topanotti, Kelvin Novakoski de Oliveira, Cristiane Seger. Representantes dos campi: Tienko Vitor da Rocha, Takanori Ogawa, Amanda Leite Bastos Pereira, Valdirene Motta Hahn Gonçalves

REPORTAGENS
Sofia Vendramini Andrade

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Phillipe de Sousa Silva

ILUSTRAÇÕES
Phillipe de Sousa Silva

IMPRESSÃO
Gráfica MG

TIRAGEM
3.000

FECHAMENTO
22 de setembro de 2026

SITE
sintufsc.com.br





Especulação imobiliária, colapso ambiental e o direito à moradia em Florianópolis

Florianópolis cresceu mais de 27% em pouco mais de uma década. Entre os Censos de 2010 e 2022, a população da capital saltou de 421 mil para 537 mil habitantes, colocando o município entre os de maior crescimento absoluto no país.

O modelo de desenvolvimento assentado no turismo, na construção civil e no mercado imobiliário transformou a paisagem da capital, acirrando a pressão sobre morros, manguezais, restingas, dunas, lagoas e áreas de Mata Atlântica. A expansão urbana sem controle amplia uma disputa que atravessa a cidade há décadas: quem decide a forma de ocupar o território e quem tem o direito de viver nele?

O SOLO COMO ATIVO FINANCEIRO

Dados da Fundação João Pinheiro mostram que Santa Catarina registrou mais de 270 mil domicílios em déficit habitacional em 2024. O volume equivale a quase a totalidade das residências de Florianópolis e supera o total de domicílios de Joinville.

O conceito de déficit habitacional abrange famílias que vivem em moradias precárias, deterioradas, em coabitação forçada, ocupações improvisadas ou que sofrem com o ônus excessivo do aluguel (quando o pagamento da moradia compromete 30% ou mais da renda familiar). Além do déficit, 795 mil domicílios catarinenses enfrentam inadequação por falta de serviços básicos fundamentais, como saneamento e água encanada.

Enquanto o déficit habitacional caiu nacionalmente, em Santa Catarina, ele aumentou, impulsionado majoritariamente pelo alto custo da moradia. Dados do Índice FipeZAP de locação residencial mostram que o metro quadrado para locação em Florianópolis subiu mais de 100% em dez anos, consolidando a capital entre as mais caras do país.

Enquanto 7,5 mil famílias aguardam por moradia popular no Cadastro Habitacional da capital — onde o déficit regional alcança 41 mil domicílios —, o Censo IBGE 2022 registra 26,7 mil domicílios particulares vagos e mais de 39,4 mil com uso ocasional (segunda residência ou locação de temporada).

Para Lino Peres, arquiteto, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, presidente do Instituto Cidade e Território (ITCidades) e ex-vereador de Florianópolis, essa contradição expressa o domínio do capital financeiro monopolista sobre o solo: "A cidade se transforma cada vez mais em um conjunto de ativos financeiros. O capital busca desesperadamente formas de acumulação (...) e, diante da desindustrialização, o setor imobiliário vai investir no setor que dá mais grana, que é o da construção. A terra, grilada desde o século XIX, hoje está amarrada ao mercado financeiro. O agronegócio e outros setores da produção voam como aves de rapina para o litoral catarinense para investir no setor imobiliário. Aquela preocupação clássica de que a habitação deve ter valor de uso para morar é completamente deslocada pelo valor de troca e de especulação."

Como resultado, aqueles que produzem a riqueza, constroem a cidade e operam seus serviços são empurrados para periferias distantes, enquanto imóveis no Centro e na Beira-Mar Norte permanecem intencionalmente vazios, servindo como reserva de valor.

DESMONTE AMBIENTAL E ENTREGA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

A pressão do mercado atua de forma direta sobre os ecossistemas protegidos. Em setembro de 2025, a Comissão Especial da Câmara Municipal de Florianópolis aprovou um relatório que buscou suspender decretos de criação de 140 km² de Unidades de Conservação — áreas criadas para resguardar mananciais, dunas, encostas e a biodiversidade local.

Lino Peres denuncia a captura da máquina estatal: "Representantes do setor imobiliário e o próprio Executivo se apropriaram da máquina pública para desmontá-la e transferi-la ao setor privado", pontua.

Proposições legislativas como o Projeto de Lei 19.937/2026 tentam conceder à iniciativa privada centenas de áreas públicas. A proposta abrange desde parques urbanos e áreas verdes protegidas — como o Parque Natural Municipal do Maciço do Morro da Cruz, a Lagoa do Peri e o Parque Ecológico do Córrego Grande (Horto Florestal) — até patrimônios históricos, culturais e turísticos, incluindo o Mercado Público Municipal, o Mirante do Morro da Cruz, o Terminal Turístico da Praia da Joaquina e amplos trechos das orlas da Beira-Mar Norte e Continental.

A proposta lista mais de 500 espaços públicos sob o pretexto de "eficiência na gestão". Lino Peres relembra a recente mobilização popular que barrou temporariamente a medida: "Tentaram aprovar um 'jabutizão', em um projeto que deveria regularizar os quiosques da cidade, embutiram 528 espaços públicos para serem rifados à iniciativa privada, mas a comunidade e os movimentos sociais foram para cima e obrigaram os vereadores a recuar". Lino defende Parcerias Públicas Comunitárias (PPC) em vez de parcerias público-privadas (PPP), citando os exemplos do Parque da Luz e do Pacuca.

Paralelamente, a flexibilização do licenciamento ambiental impulsiona a emissão de alvarás por autodeclaração, contornando a exigência de análise prévia por servidores públicos concursados. O processo ocorre em meio ao déficit de pessoal na Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram), fragilizando o combate a ocupações irregulares em áreas de risco e avançando sobre áreas preservadas em pleno contexto de emergência climática.

AS RUGOSIDADES RESISTEM

Ao analisar a mercantilização da cidade, Lino Peres recorre ao geógrafo Milton Santos para denunciar o apagamento da diversidade e das memórias locais: "O capital simplifica e alisa o espaço. A ideologia vende a 'Ilha da Magia' pegando apenas os recortes bonitos e vendáveis para o turismo, ignorando o resto. Mas o que Milton Santos chamava de 'rugosidades' são as singularidades que incomodam o capital: as populações periféricas, a população negra, os povos indígenas, as pessoas em situação de rua, o boteco da esquina. Não existe 'a' Ilha da Magia, existem muitas ilhas e muitas magias".

Superar a crise socioambiental de Florianópolis exige barrar a mercantilização do território, fortalecer os órgãos de fiscalização, implementar um planejamento urbano participativo e garantir investimentos públicos em infraestrutura adaptada e sustentável.

Como conclui Lino Peres, a reversão desse quadro não virá de concessões espontâneas do Estado, mas da capacidade de organização e resistência coletiva: "A luta se dá em dois níveis: na rua, nas greves, nas ocupações urbanas, na ação direta; e por dentro do Estado, exigindo conselhos de controle social e verbas públicas para a habitação popular. Tudo isso para tentar diminuir a desigualdade. É uma luta permanente enquanto não derrubarmos o sistema capitalista".



Viver em Santa Catarina cabe no salário?

Moradia, alimentação, transporte e saúde pressionam o orçamento dos TAEs da UFSC e colocam em questão as condições de permanência na carreira

O salário dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é confrontado diariamente com alguns dos custos de vida mais altos do país. O preço da moradia, da alimentação, do transporte e da saúde impõe limites que aparecem de diferentes formas na vida dos trabalhadores.

Luanda Gomes foi obrigada a se mudar do local onde morava com os dois filhos após a disparada dos aluguéis em Florianópolis no pós-pandemia. Para Jorge Balster, o salário já não dá conta das despesas mensais, e os empréstimos passaram a servir para pagar boletos. Aos 64 anos, Hilário Mattioli Neto olha para o contracheque e calcula se, depois de se aposentar, conseguirá continuar pagando o plano de saúde, que hoje consome cerca de 30% de seu salário. Já Gabriela Carvalho passou a reduzir o uso do plano diante do aumento dos custos e da coparticipação.

São trabalhadores da UFSC em diferentes momentos da carreira, com distintas configurações familiares e despesas. Mas suas preocupações não são individuais; expressam o impacto de um custo de vida elevado sobre uma categoria que convive com um histórico de perdas salariais.

Santa Catarina está entre os estados onde viver pesa mais no bolso. A pesquisa Custo de Vida no Brasil, realizada pela Serasa em parceria com o instituto Opinion Box, entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, aponta um gasto médio mensal de R$ 4.180 no estado, R$ 660 acima da média nacional, de R$ 3.520. A diferença aparece em despesas básicas. O gasto médio declarado com supermercado chegou a R$ 1.140 em Santa Catarina, contra R$ 930 no país. Na moradia, o estado registrou o maior valor da pesquisa: R$ 1.380 mensais.

Despesa	Santa Catarina	Média Nacional
Custo mensal total	R$4.180	R$3.520
Supermercado	R$1.140	R$930
Contas recorrentes	R$560	R$520
Mobilidade	R$410	R$350
Saúde e atividade física	R$570	R$540
Alimentação fora de casa	R$330	R$250
Educação	R$750	R$620
Lazer	R$450	R$340
Serviços e cuidados pessoais	R$160	R$150

Fonte: Pesquisa Custo de Vida no Brasil, Serasa/Opinion Box, 2026.

E, se Santa Catarina está entre os estados mais caros, viver em Florianópolis, onde está localizado o maior campus da UFSC, impõe uma conta ainda mais difícil.

DEFASAGEM SALARIAL

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula quanto deveria ser o salário mínimo para uma família de quatro pessoas cobrir alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Em julho, o chamado salário mínimo necessário foi estimado em R$ 7.687,01, isso dá 4,74 vezes o salário mínimo nacional e mais do que o dobro do salário inicial de um TAE de nível médio.

A relação entre salário e custo de vida precisa ser observada ao longo do tempo. De janeiro de 2015 a julho de 2026, a inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 89%.

Nesse meio tempo, os TAEs atravessaram cinco anos consecutivos sem reajuste salarial, entre 2018 e 2022. Os reajustes foram retomados em 2023, com aumento de 9% nos vencimentos, e, após a greve nacional de 2024, a categoria conquistou também a reestruturação do plano de carreira e novos reajustes em 2025 e 2026, levando o vencimento inicial de TAEs de nível médio (D) para R$ 3.181,39 e de nível superior (E) para R$ 5.215,39.

Os valores representam um ganho de 54% e de 49%, respectivamente, em relação a 2015 – valor que não chega nem perto da inflação registrada no período.

Hilário Mattioli Neto, enfermeiro da UTI Adulto do Hospital Universitário (HU), reconhece que os reajustes e a reestruturação da carreira conquistados nos últimos anos trouxeram uma recomposição importante, mas ressalta que ainda não são suficientes para garantir uma aposentadoria com tranquilidade.

"Não se chama uma melhora, se chama uma recomposição de muita perda do que a gente tinha antes", observa.

Com despesas como plano de saúde, automóvel, combustível e condomínio, ele diz que ainda é difícil pensar na aposentadoria como um período para viajar ou passear. "Eu ainda acho que a gente não chegou lá. [...] Hoje eu diria que está no mínimo, mas não para ter reserva."

Hilário, assim como muitos dos servidores do HU, possui outra fonte de renda para complementar o salário. "A maioria do HU tem segunda renda. Tem duas ou, às vezes, tem gente com jornada tripla."



O CUSTO COM HABITAÇÃO

Em julho de 2026, o preço médio anunciado para aluguel residencial em Florianópolis chegou a R$ 60,84 por metro quadrado, segundo o Índice FipeZAP de Locação Residencial, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Pelo preço médio anunciado, um apartamento de 40m² teria aluguel estimado em cerca de R$ 2.434, enquanto um imóvel de 60 m² chegaria a aproximadamente R$ 3.650. Neste último cenário, o aluguel já supera o vencimento inicial de um servidor de nível médio.

O preço dos imóveis para venda confirma o mesmo fenômeno. Em julho, Florianópolis registrou preço médio anunciado de R$ 13.461 por metro quadrado para venda de imóveis residenciais, o quarto maior valor entre as 56 cidades monitoradas pelo Índice FipeZAP.

Para Luanda Gomes, que chegou à UFSC em setembro de 2019 e atualmente trabalha na Coordenação Pedagógica do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), a alta dos aluguéis foi determinante para buscar uma alternativa de moradia.

Moradora do Rio Tavares e mãe solo de dois adolescentes, ela conta que, em 2022, viu o aluguel aumentar quase 50%:

"Eu entrei em pânico. [...] Depois da vacinação, em 2022, os imóveis voltaram a aumentar de um jeito absurdo."

A saída encontrada foi financiar um terreno no Rio Tavares e construir uma casa pré-fabricada. Hoje, ela vive no local com os dois filhos e está em processo de regularização do terreno. A parcela do financiamento é atualmente a despesa que mais pesa em seu orçamento.

A moradia também ocupa uma parte expressiva da renda de Cristiane Seger, laboratorista do curso de Medicina do Campus de Curitibanos, onde trabalha desde 2017. Mãe solo e tendo o salário da Universidade como única fonte de renda, ela vive de aluguel e estima que aproximadamente metade de sua remuneração seja destinada à moradia.

ALIMENTAÇÃO E DESLOCAMENTO

Em julho de 2026, a cesta básica de Florianópolis custou R$ 860,73, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Dieese. É a terceira cesta mais cara entre as capitais pesquisadas.

Na casa de Luanda, depois dos custos com a moradia, a alimentação está entre as principais despesas. "Os meus dois filhos são adolescentes e eles comem muito", conta. Sem outra fonte de renda além do trabalho na UFSC, ela arca sozinha com os gastos da família.

Outra despesa cotidiana é o deslocamento. Em Florianópolis, a tarifa do transporte coletivo custa R$ 7,70, a mais cara entre as capitais brasileiras. Para quem mora em São José, Palhoça, Biguaçu ou outros municípios da Grande Florianópolis, o deslocamento pode envolver linhas intermunicipais, com valores ainda mais altos.

Mesmo morando na Ilha, Luanda relata dificuldades para utilizar o transporte coletivo no trajeto entre o Rio Tavares e a UFSC. Ela já tentou deixar o carro em casa, mas afirma que a oferta de linhas e horários não é compatível com sua rotina de trabalho e com os horários dos filhos. "Sábado não tem essa linha. Em algumas épocas, por exemplo no verão, que não tem aula na UFSC, não tem ônibus o tempo todo."

Além dos gastos com o carro, o transporte coletivo continua presente no orçamento porque Luanda paga as passagens dos filhos. "A tarifa do ônibus está super alta. [...] E o tempo inteiro eles estão pedindo para recarregar a carteirinha."

DÍVIDAS PARA PAGAR AS CONTAS DO MÊS

Quando o salário não é suficiente para cobrir as despesas, é preciso buscar outras formas de fechar as contas. "Eu venho acumulando dívidas. Já que eu não consigo custear as despesas mensais com o salário que eu recebo", relata o coordenador-geral do SINTUFSC Jorge Balster, que entrou na UFSC em 1999 e atualmente trabalha no Núcleo de Publicações do Centro de Educação (CED). Para ele, o endividamento deixou de estar associado à compra de um bem ou a algum investimento.

"Hoje você acaba fazendo empréstimo não para fazer um investimento, trocar de carro ou de apartamento. Você acaba fazendo empréstimo para pagar boleto."

Jorge não é o único. Em julho de 2026, 23,6% das famílias catarinenses tinham contas em atraso, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) em parceria com a Fecomércio-SC. Isso significa que quase uma em cada quatro famílias não conseguiu manter as contas em dia.

Entre as famílias catarinenses, 9,5% declararam não ter condições de pagar as dívidas que já estavam atrasadas. A pesquisa mostra ainda que, entre as famílias que possuíam dívidas, em média 29,9% da renda estava comprometida com esses pagamentos.

SAÚDE E LAZER VÃO FICANDO PARA TRÁS

Quanto maior a parcela da renda comprometida com moradia, alimentação e transporte, menor é a margem para outras dimensões da vida. Quando o salário não dá conta de todas as despesas, saúde e lazer passam a ser restringidos — não como itens supérfluos, mas como direitos que acabam subordinados ao que cabe no orçamento.

Jorge conta que precisou abrir mão do plano de saúde. "Até 2019, eu consegui me apertar e pagar o plano de saúde para a família. Hoje eu não tenho mais condições, tive que suspender o plano de saúde da Unimed na época, e não tenho mais a mínima condição de pagar."

Depois do nascimento dos dois filhos, ele percebeu uma mudança profunda no padrão de vida da família. Para ele, a remuneração de um TAE já não é suficiente para sustentar uma casa com quatro pessoas.

Luanda ainda mantém o plano de saúde da Unimed, mas os reajustes por faixa etária têm tornado a mensalidade cada vez mais difícil de sustentar. "Eu tenho um plano de saúde que eu vivo dizendo que vou cancelar e ainda não cancelei. [...] Conforme vai mudando as faixas, está ficando muito alta a prestação também para mim."

A coordenadora-geral do SINTUFSC e assistente em administração do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Gabriela Carvalho, também foi impactada com o aumento dos gastos com a saúde. Com a maior cobrança de coparticipação e a imprevisibilidade quanto ao valor a ser pago, devido à fragmentação de um procedimento em vários para fins de cobrança, passou a reduzir consultas e exames para evitar novos gastos. "Para mim o plano funciona como um seguro-saúde, já que preciso manter acompanhamento constante e vitalício após ressecção de tumor. Fora isso, só uso quando realmente preciso."

Para outros trabalhadores, mesmo aqueles sem filhos ou dependentes, conseguir manter o plano significa comprometer uma parcela expressiva da renda. É o caso de Hilário, aos 64 anos, ele estima que o plano de saúde consuma cerca de 30% de seu salário.

Aos gastos cotidianos somam-se agora os medicamentos. Depois de mais de três décadas trabalhando na área da saúde, Hilário relaciona parte das despesas atuais com o desgaste físico acumulado durante a própria atividade profissional. "Eu agora mesmo estou passando por um processo de saúde, [...] de todo o peso que a gente pega no decorrer do trabalho, e estou virando cliente de farmácia."

O lazer também vai sendo limitado pelo custo de vida. "Consegue uma ida ao cinema? Olha, apertando, você consegue pelo menos uma vez a cada três meses. Teatro? Nem pensar, salvo se for oferecido para o popular", conta Jorge.

Para Hilário, as limitações aparecem também na possibilidade de viajar. "Claro que eu preferia viajar mais, eu preferia, mas eu tenho que fazer concessões." Assim, entre as contas que precisam caber no salário, são justamente as experiências que ampliam a vida para além do trabalho que acabam sendo cortadas.



Custo de vida e desvalorização desafiam permanência e aposentadoria

O impacto do custo de vida sobre os técnico administrativos em Educação (TAEs) não termina nas contas do mês. Ele aparece também nas decisões sobre permanecer na carreira, buscar outras oportunidades ou adiar a aposentadoria. E, para quem dedicou décadas à Universidade, a valorização não se resume ao salário: passa pelas condições de viver com segurança na aposentadoria e pelo reconhecimento do trabalho e dos vínculos construídos ao longo da trajetória.

O coordenador-geral do SINTUFSC e técnico administrativo do Núcleo de Publicações do Centro de Educação, Jorge Balster, afirma que já possui tempo para a aposentadoria, mas permanece trabalhando também por razões financeiras. Entre as perdas está o auxílio-alimentação – de R$ 1.192 mensais –, benefício recebido apenas pelos servidores ativos.

Para o enfermeiro do Hospital Universitário (HU) Hilário Mattioli Neto, que também se aproxima da aposentadoria, a principal preocupação é ter condições para seguir pagando o plano de saúde. "Eu tenho colegas que se aposentaram e que não conseguiram pagar o plano de saúde. Isso é muito triste."

Apesar de ter dedicado sua vida profissional inteira ao Sistema Único de Saúde (SUS), Hilário se vê refém da saúde privada: "Quando você vai receber autorização [para um exame], você já morreu, então você acaba pagando. Eu vejo no meu bairro, o centro de saúde tá em reforma há mais de um ano, como ficam as pessoas que dependem unicamente do posto?", questiona.

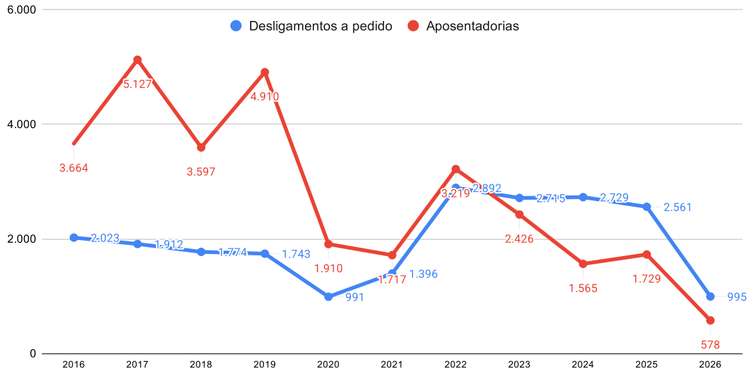
Para quem já se aposentou, alimentação e saúde aparecem entre as despesas que mais pesam no orçamento. Marli Bastos Laurindo ingressou na UFSC em 1980 e participou da fundação do centro cirúrgico do Hospital Universitário. Aposentada há cerca de 20 anos, ela aponta a alimentação como a principal despesa atualmente.

Marli começou a trabalhar aos nove anos de idade e conta que buscou proporcionar às suas três filhas melhores condições de vida do que teve durante a infância, inclusive mantendo-as em escolas particulares. "A gente quer dar uma condiçãozinha melhor, que você não teve, para os seus filhos", explica.

Hoje, Marli ainda consegue manter o plano de saúde, mas diz que "a coisa vai apertadinha". Para conseguir fazer algum passeio, ela e o marido recorrem ao 13º salário. "Se formos regrados, a coisa vai levando."

Para Marlove Naman, que trabalhou no Restaurante Universitário (RU) desde 1986 e está aposentado há cerca de 15 anos, manter o plano de saúde já não foi possível. Com o aumento das mensalidades da Unimed, ele precisou cancelar o plano.

Os relatos mostram uma contradição que atravessa a passagem da ativa para a aposentadoria: justamente quando a idade tende a ampliar a necessidade de cuidados com a saúde, a redução da renda torna cada vez mais difícil arcar com esses custos.



A partir de 2023, os desligamentos a pedido (exoneração e posse em outros cargos públicos) ultrapassaram as aposentadorias e se tornaram a principal forma de saída dos TAEs. Fonte: Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal

DESVALORIZAÇÃO DA CARREIRA

A defasagem salarial e a pressão do custo de vida ultrapassam o âmbito do orçamento familiar: elas atingem a própria capacidade da universidade pública de atrair e manter seus servidores.

A trajetória da pedagoga do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) Luanda Gomes ajuda a dimensionar esse problema. Responsável sozinha pela renda da casa e pelos dois filhos, ela conta que já considerou buscar outros caminhos profissionais que pudessem proporcionar uma remuneração maior.

"Eu penso em fazer um concurso para a Receita Federal, para ganhar mais, para talvez trabalhar em teletrabalho, para conseguir ter mais qualidade de vida, porque, de fato, da forma como hoje as coisas funcionam na UFSC, o ônibus, a localização, é tudo muito complexo. [...] E financeiramente também."

O problema não é pontual nem exclusivo da UFSC. Embora representem 22% do total de servidores federais, os técnicos administrativos das instituições de ensino respondem por 42% de todos os desligamentos a pedido no serviço público federal — marca que chegou a 60% em 2022, no quinto ano seguido sem reajuste.

O painel também mostra que, a partir de 2023, as saídas voluntárias de TAEs ultrapassaram as aposentadorias e se tornaram a principal forma de desligamento da categoria.

Uma revisão bibliográfica realizada pelos pesquisadores Thaiani Candotte Mendonça de Moura e Osmar Vicente Chevez Pozo concluiu que, entre os principais fatores para o desligamento, estão insatisfação com remuneração e plano de carreira, carência de perspectivas de progressão funcional, sobrecarga de trabalho, infraestrutura precária e ausência de reconhecimento.

A falta de reconhecimento e a invisibilização do trabalho dos TAEs aparece no relato de vários servidores. Cristiane Seger, por exemplo, conta que, como laboratorista, organiza materiais, abastece laboratórios, realiza protocolos e quando tudo está pronto "parece que surgiu do nada", resume. Os processos de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) tornaram mais evidentes a quantidade e a diversidade das atividades desenvolvidas pelos TAEs da UFSC, como mostram inclusive os memoriais públicos.

Esse sentimento de desvalorização também aparece depois da aposentadoria. Marli Bastos Laurindo lamenta não poder retornar livremente ao espaço onde trabalhou para acompanhar suas transformações. "Nós praticamente construímos o HU e não podemos entrar no HU. [...] Queremos entrar e ver o que tem de novidade, visitar, e não podemos. É muito triste isso." Marlove resume a sensação depois de deixar o Restaurante Universitário, onde trabalhou por décadas, em uma palavra: "desvinculado".

Outro sentimento presente nos relatos, que frequentemente coexiste com as dificuldades da carreira, é o orgulho e a realização de fazer parte da universidade pública: o contato e a troca com as levas de estudantes que ingressam a cada semestre e a atuação em um ambiente voltado à produção de conhecimento, formação e criação.

Trata-se de um espaço, como sintetiza Jorge Balster, "de encontro, em sua essência político, de potencialidade e renovação de ideias". A ligação construída ao longo de décadas de dedicação explica por que, a despeito dos desafios, muitos seguem na carreira. "Isso é difícil de largar", resume Jorge.

Sindicatos sob ataque

Ameaças, demissões, cortes de salários, judicialização e asfixia financeira: as ofensivas antissindicais avançam em SC

O ataque aos sindicatos e à organização dos trabalhadores atravessa diferentes setores e relações de trabalho e pode assumir formas diversas, das mais explícitas às menos visíveis. No serviço público, foco desta reportagem, ele aparece no corte da liberação de dirigentes, na recusa de governos em negociar, na tentativa de impedir assembleias, no desconto salarial de grevistas, na abertura de processos administrativos, na judicialização para restringir o direito de greve e no uso das redes sociais e da própria estrutura pública para deslegitimar a atuação sindical.

Em Santa Catarina, essas práticas estão longe de ser episódios isolados. O dossiê "A ofensiva antissindical no serviço público municipal de Santa Catarina (2022-2026)", elaborado pela Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Santa Catarina (Fetram-SC), reuniu relatos de 23 sindicatos da base da CUT no estado. Desses, 21, ou 91,3%, afirmaram ter sofrido ao menos uma prática antissindical entre 2022 e 2025.

O levantamento identifica três frentes principais: ataques administrativos e financeiros às entidades; judicialização e criminalização da luta sindical; e assédio institucional e tentativas de deslegitimar os sindicatos perante os trabalhadores e a população.

A liberdade sindical é protegida pela Constituição Federal, que assegura a livre associação e o direito de greve, e pela Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege os trabalhadores contra atos de discriminação antissindical. O Código Penal também tipifica, no artigo 199, o atentado contra a liberdade de associação. A legislação, porém, não abarca necessariamente todas as formas que as práticas antissindicais podem assumir.

AS FORMAS DA OFENSIVA

A prática antissindical mais recorrente contra os sindicatos pesquisados pela Fetram foi o ataque à liberação classista, com 12 entidades afetadas (52,2%).

Na cidade de Palhoça, o Sitrampa denunciou o corte da liberação de dirigentes sindicais e, em Alfredo Wagner, um projeto encaminhado pelo Executivo propôs substituir a licença integral para mandato classista por apenas um dia semanal de liberação.

Em Xanxerê, o SITESPM-CHR denunciou que um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Executivo e o Ministério Público Estadual foi utilizado para determinar que a presidenta da entidade retornasse ao local de trabalho em 48 horas.

'Ameaça' é uma palavra constante no dossiê. O Sintramubi, Sindicato dos Trabalhadores da Prefeitura Municipal de Biguaçu, relata que, durante uma mesa de negociação, prefeito e secretários ameaçaram cortar o ponto dos servidores que participassem de assembleias e judicializar o sindicato caso a categoria entrasse em greve.



Em 7 de maio, milhares de pessoas foram às ruas de Florianópolis para protestar contra a demissão arbitrária de mais de 200 trabalhadores grevistas pelo governo Topázio - Foto: divulgação/Sintrasem

Quando se concretizam as greves, muitas vezes o ataque vai além da ameaça. Descontos salariais, demissões, coerção, criminalização e judicialização podem impor ônus aos trabalhadores e às entidades sindicais e limitar o exercício da principal ferramenta de luta da categoria: a greve.

Em São José, trabalhadores do serviço público municipal que aderiram à greve de 2026 tiveram descontos salariais que, segundo o Sintram/SJ, deixaram trabalhadores da saúde e da educação com contracheques irrisórios — em um dos casos, de apenas R$ 7. Durante o movimento, o sindicato também relatou que a prefeitura ampliou o pagamento de horas extras e convocou trabalhadores temporários para cobrir atividades dos grevistas, buscando reduzir o impacto da paralisação. Além disso, o prefeito se recusou a negociar com o sindicato a reposição dos dias parados.

Em Florianópolis, o conflito ganhou proporções ainda mais graves. Durante a greve de 2026, quando servidores municipais reivindicavam o reconhecimento das auxiliares de sala, o cumprimento dos planos de carreira, a realização de concursos e o fim das terceirizações, a administração municipal demitiu 209 trabalhadores temporários da educação que aderiram ao movimento. Mesmo após o encerramento da greve, as retaliações seguiram. A Secretaria Municipal de Educação ofertou aos trabalhadores demitidos vagas distantes de suas residências, apesar da existência de vagas disponíveis em regiões mais próximas. Além disso, três Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs) e uma Escola Básica Municipal (EBM) tiveram seus diretores destituídos de forma arbitrária após a greve, desrespeitando a escolha das comunidades escolares que os elegeram.

A presidenta do Sintrasem, Roberta Zimmer, destaca que o ataque recente reflete um processo continuado de retaliação que escalou nos últimos anos.

"Desde 2017 a administração municipal tem promovido ataques à entidade sindical, ao direito de greve e aos trabalhadores sindicalizados. Esses ataques evoluíram de episódios isolados para práticas frequentes cujo objetivo é impedir que a categoria exerça seu direito de organização, de defesa de direitos e, principalmente, de defesa do serviço público contra as privatizações e a corrupção que acompanham essas concessões", afirma a dirigente.

Ela relata que, ao longo do tempo, as práticas envolveram a aprovação de leis sem debate público, ameaças a grevistas em redes sociais, inclusive com divulgação de "listas sujas" com ameaças de demissão, bloqueio de contas bancárias de diretores e até a tentativa de assassinato, em 2021, do então presidente do sindicato, René Munaro, e sua família.

JUDICIALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CERCEAMENTO

A judicialização das greves é outra frente dessa ofensiva e tem marcado as mobilizações recentes do funcionalismo público. Os técnicos administrativos em educação da UFSC vivenciaram essa situação em inúmeras ocasiões. As mais recentes foram nas greves de 2024 e 2026, quando o exercício do direito de greve foi objeto de disputa no Judiciário.

Em 2024, durante a paralisação de 117 dias, a Ebserh acionou a Justiça, e uma liminar determinou a manutenção de 80% dos trabalhadores do Hospital Universitário em atividade. O SINTUFSC conseguiu suspen-

der a decisão no TRF4 demonstrando que os serviços essenciais estavam sendo mantidos, mas uma nova decisão posterior determinou o retorno de 100% dos servidores do HU.

Em 2026, o Ministério Público Federal voltou a levar a greve dos TAEs à Justiça. Na ação, pediu que a paralisação fosse declarada ilegal, o retorno imediato dos trabalhadores e o corte de salários dos grevistas pela UFSC, além da aplicação de multa diária ao de R$ 50 mil ao sindicato e de até R$ 55 mil à Universidade. A ação foi extinta sem julgamento do mérito após o fim do movimento. Essa estratégia foi aplicada de forma semelhante nas universidades federais de Viçosa (UFV) e Juiz de Fora (UFJF).

Para Renato Milis, coordenador-geral do SINTUFSC, a judicialização foi uma tentativa de intimidação: "O movimento grevista sempre toma o cuidado de não paralisar 100% das atividades no Hospital Universitário. No entanto, não houve, durante as greves de 2024 e 2026, nenhuma abertura para o diálogo ou tentativa de negociação por parte da superintendência da Ebserh, seja local ou nacional (...) Esse tipo de ação tenta disseminar o medo para minar as greves futuras".

Para o assessor jurídico do SINTUFSC Guilherme Belém Querne, "toda greve dá uma ação" e esses episódios fazem parte da disputa. Ao longo dos anos, o sindicato precisou recorrer à Justiça tanto para se defender quanto para assegurar direitos dos servidores.

Por exemplo, na greve local de 2014 pela jornada de 30 horas, durante a gestão de Roselane Neckel, a UFSC descontou os dias parados e registrou as ausências como faltas injustificadas — medida derrubada pelo SINTUFSC na Justiça.

A DISPUTA TAMBÉM PASSA PELA OPINIÃO PÚBLICA

Em diferentes municípios, estruturas do Executivo, do Legislativo e meios de comunicação foram utilizados para desgastar publicamente as entidades e suas mobilizações.

Na região da Foz do Rio Itajaí, o Sindifoz denunciou o uso da máquina pública, de canais digitais e de espaços na imprensa para descredibilizar o sindicato e seus dirigentes. Em São José, o Sintram/SJ apontou que o próprio prefeito publicou vídeos atacando a mobilização da categoria. Em Indaial, o Sinserpi relatou que parlamentares governistas atacaram a entidade em redes sociais, com vereadores se autodeclarando "exterminadores de sindicatos".

A ameaça ao sindicalismo e ao funcionalismo também aparece na disputa eleitoral deste ano. No plano de governo de Flávio Bolsonaro (PL), os serviços públicos são citados nominalmente em um único momento: ao propor a digitalização de 100% dos serviços federais.

O documento promete ainda dar continuidade à reforma administrativa e realizar um "tesouraço" "profundo e por todos os lados, que enxuga a máquina".

Para atacar os sindicatos, o programa dedica um ponto inteiro. Sob o lema "O trabalhador em primeiro lugar, não o sindicato", o texto defende que o país deve se posicionar "contra a República Sindical", coloca em antagonismo os interesses de dirigentes sindicais aos dos trabalhadores e sustenta que as entidades sindicais não deveriam participar da formulação de políticas públicas.

O MEDO COMO INSTRUMENTO DE DESMOBILIZAÇÃO

Quando a participação em uma greve, assembleia ou outra atividade sindical pode significar perda salarial, processo administrativo ou demissão, o medo da punição passa a funcionar como instrumento de desmobilização.

O dossiê da Fetram identifica essa dinâmica como um efeito inibitório: a sucessão de ameaças, cortes financeiros e ataques públicos não atinge apenas quem ocupa um cargo sindical. Ela transmite aos demais trabalhadores a mensagem de que participar de uma mobilização pode ter um custo pessoal elevado. Além disso, a pressão e a insegurança afeta a saúde mental dos trabalhadores.

Frente a essa pressão, o coordenador do SINTUFSC Renato Milis, defende que o mais importante é "não baixar a cabeça, porque quando a gente aceita as retaliações, essas práticas se tornam cada vez mais fortes".

POR QUE ATACAR OS SINDICATOS?

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) referentes a 2024 mostram que o funcionalismo público foi responsável por 52% das greves realizadas no país. Essa capacidade de articulação explica, em grande medida, por que os sindicatos do setor público estão frequentemente no centro dos ataques.

Para Renato, existe uma disputa direta pelo fundo público: "A folha salarial é uma despesa obrigatória, e serviços públicos fortes se fazem com servidores públicos. Por isso, a luta do sindicato por valorização salarial e novos concursos entra em choque com os interesses de apropriação desse orçamento pelo capital".

Outro fator central é o "efeito multiplicador" das vitórias do funcionalismo, cujos ganhos salariais pressionam a média dos salários do mercado de trabalho para cima e servem de inspiração para trabalhadores da iniciativa privada.

BLINDAGEM DE PRIVATIZAÇÕES E CORRUPÇÃO

A atuação combativa dos sindicatos frequentemente esbarra na denúncia de desmando administrativo, sucateamento proposital e esquemas de privatização. Nestes casos, enfraquecer o sindicato funciona como uma blindagem institucional para repassar serviços públicos a empresas privadas ou Organizações Sociais (OS).

A presidenta do Sintrasem, Roberta Zimmer, explica que essa é a motivação central dos ataques contra a sua categoria: "O que motiva todo o esforço para destruir a capacidade de luta do sindicato é o projeto de privatização e o uso dos bens públicos para beneficiar empresas privadas. A luta e as denúncias da categoria já fizeram estourar escândalos e investigações de corrupção que levaram ao indiciamento e à prisão de secretários e agentes públicos. Recentemente, a greve fez repercutir e barrar contratos suspeitos na educação. O ataque à liberdade sindical tenta evitar que esses esquemas sejam revelados".

A ofensiva também se consolida no avanço da terceirização. No caso das universidades federais, a extinção de cargos, como segurança, manutenção e limpeza, fragmentou a categoria em diferentes regimes contratuais.

"Quando o SINTUFSC ou a FASUBRA paravam no passado, todos esses trabalhadores paravam juntos. Hoje temos chefes diferentes, mesas de negociação separadas e situações distintas. É um desafio gigante reestabelecer esses laços entre todos os que atuam no mesmo ambiente de trabalho", analisa Renato.

Apesar do cenário adverso e do uso das máquinas governamentais contra os trabalhadores, as lideranças apontam que o enfrentamento à ofensiva antissindical exige o fortalecimento dos laços com a categoria.

Conforme conclui Roberta, as derrotas táticas e a carga desproporcional de ataques exigem maturidade organizacional: "Tudo o que se fala sobre renovação e reestruturação sindical tem sua justeza, mas a nossa experiência prova que nada substitui o trabalho de base. A melhor assessoria jurídica ou uma rede social com milhares de seguidores não significam nada sem uma base mobilizada, informada e preparada para o enfrentamento".



Durante a greve de 2024, a Justiça determinou o retorno ao trabalho de 100% dos trabalhadores do HU/UFSC após ação movida pela Ebserh - Foto: divulgação/SINTUFSC